

historia: fronteiras



Vol. II

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)

Volume II



História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

OS REPUBLICANOS REVISITAM O REGENTE: A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DE UM MONUMENTO AO REGENTE FEIJÓ NA SÃO PAULO DE 1913

Magda Ricci
Universidade Federal do Pará

Em 1908, alguns políticos paulistas somavam esforços para a edificação de uma estátua em homenagem ao Regente Feijó. Desta primeira data até 1913 muito foi feito: criou-se uma comissão, arrecadou-se fundos na capital e no interior do Estado paulista, incentivou-se a elaboração de artigos na imprensa local e na carioca. Deste rebuliço nasceu um concurso, sendo que, para seu encaminhamento, um emissário foi enviado para a Europa, incumbindo-se de convidar artistas portugueses, franceses e italianos para a prova no Brasil. Nestas circunstâncias surgiram vários projetos e dois deles saíram vencedores. Além da estátua, também foram publicados quatro livros sobre o evento. Três deles contavam a história da edificação da estátua e dos discursos, roteiros das festividades de inauguração e outros detalhes. Um último, que saiu em dois volumes, reescrevia a vida de Feijó à luz do sentido atribuído pelos republicanos paulistas de 1913. Todo este esforço financeiro e de trabalho gerou inúmeros documentos, tornando possível um estudo detalhado sobre a memória que os republicanos paulistas construíram da época Imperial e, mais especificamente, do Regente Feijó.

Durante a época inaugural do regime republicano no Brasil, os homens de Estado foram prodigiosos patrocinadores de artistas e suas criações alegóricas, estatuárias, hinos e símbolos que, em sua maioria, eram enfaticamente nacionalistas. Estas investidas, no entanto, nem de longe foram pioneiras, pois também foram fecundas em outros países como na França ou na Itália. No campo específico da construção de memórias nacionais, os

políticos e os artistas atuantes no Brasil reinterpretavam e atribuíam novos sentidos às idéias e concepções artísticas vindas das plagas européias. Esta constatação, entretanto, também não é nenhuma novidade historiográfica¹.

Revelar as lembranças, questionando os significados de alegorias e símbolos, desvendar o que Pierre Nora denominou de “lugares da memória” é um difícil caminho a percorrer, mas, neste sentido, já vem sendo trilhado tanto no Brasil como fora dele. A lembrança e seus significados trazem em seu bojo um outro lado da questão ainda pouco elucidado e talvez mais complexo: o terreno do “esquecimento”. Entre a “história monumento” e a “história memória” que os republicanos paulistas do início do século XX procuraram criar, existe uma outra, aquela que objetiva estudar o não dito, analisando o que se deixou de lembrar.

As intenções e objetivos de quem encomenda uma estátua ou um quadro ou bandeira, em geral, inserem-se em enunciações de projetos, ou podem ser vislumbradas e estudadas em inúmeros documentos guardados em locais como Museus, Institutos ou Estabelecimentos de Ensino. Por outro lado, aquilo que se deixou de lembrar deve ser absorvido em uma nítida relação entre a leitura e interpretação do projeto ou projetos político-artísticos e o contexto mais amplo no qual ele foi gestado e desenvolvido. Estudar a história da edificação de uma estátua ao Regente Feijó em São Paulo no início do século XX significa, por um lado, analisar os documentos que o descrevem, dentro de disputas e contradições, os percursos traçados pelos planos dos republicanos paulistas para que esta empreitada fosse adiante. Por outro lado, para compreender o monumento de 1913 naquilo que ele omite, é necessário sair das fontes que o relatam mais diretamente, passando a analisar o universo das disputas político-partidárias, bem como aquele dos artistas da época. Torna-se importante centrar análise nas críticas ao monumento e a seus desdobramentos.

Em 1913, por exemplo, José Veríssimo, um afamado crítico literário, elaborou um interessante artigo sobre uma recém editada biografia de Diogo Antonio Feijó. Lançado no jornal carioca *O Imparcial*², este artigo ressaltava que, “sem exageros bairristas”, Feijó era um “grande vulto de nossa história política” e, por cer-

tos aspectos, revelava-se “um dos maiores”. Como já ressaltai anteriormente, o livro em questão havia sido escrito pelo paulista Eugênio Egas para a inauguração da estátua do Regente em São Paulo. Sendo lançado em 1912, veio a público em dois grossos tomos, sendo um deles inteiramente composto por transcrições de documentos e um outro que traçava uma análise sobre a vida do Regente. No entanto, para Veríssimo, a biografia escrita por Egas possuía dois graves problemas. Primeiramente, à semelhança da maioria dos livros que analisavam o período político da Independência, a biografia analisada não elaborava uma crítica pormenorizada “dos documentos previamente selecionados”.

Egas havia dado pouca, ou nenhuma atenção, a amplos períodos da vida de Feijó. Interessado em sua ascensão política, quase nada levantou em documentos e análise sobre a sua fase infantil, ou seus estudos religiosos. Os desvelos de Egas recaíam sobre o nascimento de um político paulista nas Cortes de Lisboa (1821-1822), no parlamento brasileiro (1826-1843), no ministério da Justiça (1831-1832) e na Regência (1835-1837). No final da vida, em 1842, Feijó participou de uma Revolução liberal em São Paulo, mas, também neste ponto Eugênio Egas omitiu comentários, publicando apenas a defesa de Feijó no parlamento como se este documento fosse tão somente uma memória ou um balanço de vida que o ex-regente havia feito. Na ausência de documentos, ou diante dos problemas postos por suas fontes, Egas apenas se desculpava citando Eça de Queiroz e afirmando ser possível colocar sob a verdade “o manto diáfano da fantasia”.

Para o crítico José Veríssimo, era necessária uma maior aproximação documental e daí seguia-se sua segunda crítica. Em poucas palavras, Egas havia pecado por ser bairrista demais, o que o levava a colocar na boca do ex-regente mais do que este havia feito ou falado. Neste ponto Veríssimo declarava:

Parecem-me de mau gosto as constantes fórmulas de desvanecimento bairrista, ‘paulista temerário’, ‘paulista altívíssimo’, ‘enérgico paulista’ e quejandas com que o Sr. Egas indica o seu herói. Não vê que o amesquinha com fazer dele antes uma glória paulista que brasileira³.

A leitura que Veríssimo tinha do livro de Egas pautava-se em uma contextualização daquele estudo dentro do cenário histórico e literário do momento. Faltava a Egas um estilo literário que pregasse uma verdade mais ampla do que a paulista, centrando esforços na nacionalidade brasileira como o foco mais importante para a análise histórica.

Para Veríssimo importava menos o gênero do estudo biográfico, do que o estilo proposto resultava de concreto na formação de uma civilidade brasileira. Seja como um romance ou história, Feijó devia ser estudado mais amplamente, desde seu nascimento, filiação genealógica, até seus atos heróicos em 1831 ou 1835 e sua morte em 1843. Egas, entretanto, estava mais voltado ao “bairris-mo” paulista e ao estudo da criação de um estadista pelo viés de sua vida pública⁴. Esta crítica de Veríssimo remete-nos aos objetivos de muitos dos paulistas que patrocinaram a edificação da estátua de Feijó em 1913. Eles também selecionaram uma altura da vida de Feijó para a construção de seu monumento.

Em maio de 1908, o advogado Eugênio Egas foi procurado pelo político Dr. José Alves de Cerqueira César em seu escritório na cidade de São Paulo, na rua Direita, nº 15 para debater um assunto sério. Em 1913, a morte de Feijó faria setenta anos e era preciso preparar algo para comemorar esta data. Assim, os dois amigos iniciaram uma longa conversa aberta pelo Dr. José Alves:

- Eu quero que se faça e se levante uma estátua ao padre Feijó. Quanto mais penso no que foi este paulista, tanto mais sinto que até hoje não esteja na praça pública a sua figura, ensinando como se deve servir à Pátria.
- Mas Dr. César, que posso eu fazer?
- Um artigo sobre Feijó, que publicado no “Estado”, será o passo inicial.
- E dinheiro?
- Eu arranjarei com os meus amigos⁵.

A conversa continuava com Eugênio Egas insistindo sobre a questão financeira e a necessidade da criação de uma comissão para o encaminhamento de todo o trabalho proposto.

- Peço licença, Dr. César, para dizer-lhe também, que será preciso organizar uma comissão...

- Essa comissão ficará agora mesmo constituída. Tome a sua pena e escreva: o vice-presidente Dr. Antonio Cândido Rodrigues; Secretário Dr. Cândido Mota; Tesoureiro, Coronel José Paulino Nogueira; conselheiro, José Cesário da Silva Basto; outro Secretário, Dr. Eugênio Egas.

Depois de dois minutos de repouso:

- O Bernardino de Campos disse-me uma vez que no Rio de Janeiro, em matéria de libra esterlina, não se dá um espirro sem ouvir o Rottschild. Em matéria de arte e construção, em São Paulo, o nosso Rottschild é o Chiquinho Azevedo; inscreva, portanto, como conselheiro o Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo.

- E o presidente, o Senhor?

- Sim. Presidente, eu para mandar em vocês todos. Levantou-se.

- Adeus Egas. Muito agradecido, não demore o artigo e vamos trabalhar com entusiasmo, fé e confiança. E a veneranda figura do estadista desapareceu na multidão da rua direita⁶.

José Alves de Cerqueira César e Eugênio Egas eram dois políticos conhecidos na São Paulo de 1908. Cerqueira César, nascido no distante ano de 1835 formou-se em direito em São Paulo, ainda antes de os primeiros republicanos reunirem-se em Itu, na primeira convenção partidária de 1870. Já Egas era bem mais moço, tendo nascido no ano de 1863. No entanto, este segundo político também se formou advogado pela mesma instituição paulista que Cerqueira César. Ambos tinham escritório de advocacia, mas para além disso, eram políticos republicanos, com parentes e famílias plantando café pelo interior paulista e com lutas políticas antigas bem parecidas. Haviam sido abolicionistas e imigrantistas desde os tempos finais da monarquia. Cerqueira César, ao lado de Américo Brasiliense de Almeida Melo, Prudente de Moraes e Bernardino de Campos, eram conhecidos como republicanos “históricos” devido à longevidade de sua filiação ao Partido Republicano Paulista, o PRP. No entanto, nem sempre todos estes antigos nomes estavam de acordo. Entre 1890 e 1908, várias desavenças grassaram entre eles. Cerqueira César, por exemplo, tomou posse como governador paulista, em 1891-1892, porque era vice de Américo Brasiliense, o qual, por desavenças partidárias, foi praticamente deposto do governo por seus antigos companheiros, igualmente “históricos”. Apesar das brigas e

reconciliações quase constantes, todos faziam parte do rol dos elegíveis a importantes cargos públicos e ditavam ordens dentro do cenário paulista da época⁷. Daí a perfeita junção entre eles para a edificação da estátua de Feijó. Egas criaria o fato nos noticiários e Cerqueira César organizaria fundos, arregimentando pessoas dentro do partido para a pretendida edificação.

Egas e Cerqueira César eram políticos-advogados que, ao lado de muitos correligionários do PRP, estavam preocupados com a estruturação e solidez do novo regime republicano. Costumavam centrar esforços em duas frentes: na expansão das obras grandiosas como ferrovias e prédios públicos e na pesquisa histórica moralizante e de campanha civilizadora para o povo. Cerqueira César ficou conhecido em São Paulo por sua vontade de expandir a malha ferroviária paulista e por seus incentivos na edificação de prédios públicos, bem na linha de seu companheiro de partido, Bernardino de Campos, o qual lhe sucedeu no governo do Estado paulista em 1892. Estando no poder nos períodos de 1892 até 1896 e de 1902 até 1904, Bernardino de Campos efetivou inúmeras obras e muitas delas eram homenagens a velhos estadistas, em especial, aos paulistas. Ainda em seu primeiro mandato, inaugurou o Museu Paulista⁸.

O ensinamento proposto pelos políticos da virada do século estava exposto nas ruas paulistanas. Somente entre 1899 até 1920, a cidade de São Paulo esteve cheia de construções de monumentos e praças públicas de caráter moralizador e educacional. Foram importados materiais de construção e toda a tecnologia européia, em especial, italiana e francesa. Mesmo alguns arquitetos e escultores foram trazidos para edificar obras como o Monumento a Anchieta, na Praça da Sé, ou o monumento chamado de “Glória imortal aos fundadores de São Paulo”, o qual também foi inaugurado em 1913, dentro do pátio do colégio jesuíta, no centro da cidade⁹. Neste contexto, não é de se estranhar o interesse pela edificação de uma estátua para Feijó em 1908. Ele era parte constitutiva de um projeto republicano maior de recuperação de uma memória, a da suposta superioridade paulista dentro do cenário nacional¹⁰.

Nos setenta anos do falecimento de Feijó, era preciso retirar lições cívicas de sua vida. Isso tudo tornava-se mais claro no artigo que Eugênio Egas acabou publicando não apenas no *Estado*, mas também na Revista do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*¹¹. Nele, Egas esclarecia que o que interessava resgatar em Feijó era sua atuação como um grande estadista. O ex-regente teria efetuado uma série enumerável de feitos que o colocavam como um grande político de ação e energia. O autor ressaltava que Feijó havia dado “um golpe profundo na escravidão” com a lei de 07 de novembro de 1831 contra o tráfico de escravos. Ao lado do ataque dito “abolicionista” de Feijó, este estadista também havia lutado “pelo sufrágio direto”, ou ainda “concedido o privilégio à companhia de ônibus no Rio para transporte de passageiros”. Além de tudo isto, o ex-regente havia mandado “vir trabalhadores da Suíça” e “cogitou regular serviço de abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro”¹². Enfim, Feijó teria sido aquele que preconizara os mais importantes atos efetivados, anos mais tarde, pelos próprios republicanos paulistas e, em particular, pelos “históricos” deste partido.

O ex-regente tinha que ser recuperado para virar uma estátua que simbolizasse a idéia de um pré-republicano e, mais do isto, um pré-republicano civilista¹³. No entanto, a transformação de um ex-regente monarquista em um pré-republicano civilista não foi simples, e exigiu muito esforço documental e de recursos, sendo preciso muita lapidação e releituras. O artigo preliminar de Egas em *O Estado de S. Paulo* saiu em trinta de agosto de 1908, e apenas dois meses mais tarde reuniu-se pela primeira vez a comissão formada por Cerqueira César. Foram enviadas cartas, solicitando recursos junto às Câmaras Municipais paulistas, bem como ajuda dos governos Estadual e Federal. Durante dois anos mobilizaram-se verbas dos mais diversos lugares, até que, em treze de janeiro de 1910, pode ser aberta uma concorrência internacional para a execução de uma estátua de Feijó. Toda esta demora ocorreu, sobretudo, porque, no meio do caminho, o Dr. Cerqueira César veio a falecer, sendo posteriormente substituído por Bernardino de Campos.

Em março de 1910, Eugênio Egas viajou para a Europa com a incumbência de divulgar o concurso no exterior. Foi a Portugal, Espanha, França e Itália, onde conversou e tentou convencer vários artistas. De suas viagens trouxe dois estrangeiros: um italiano, Carlo Fontana, e um francês, Louis Convers, os quais – acrescidos aos outros seis brasileiros inscritos – somavam oitos concorrentes a apresentarem maquetes de projetos para a estátua. A comissão julgou cada maquete apresentando seus problemas e vantagens. As discussões de algumas delas são interessantes para entender o que se passava nas cabeças destes idealizadores. A comissão afirmava que o projeto do italiano Carlo Fontana possuía uma “urdidura arquitetônica do monumento, composto de colunatas desenvolvidas em hemicírculo”. O problema das colunas era que elas envolviam o monumento, não dando a ele “o desejado destaque”. Outro problema era que “a figura de Feijó, em vez de se erguer dominadora e altiva, ao centro de uma praça”, de onde todos poderiam contemplá-la, “a um primeiro golpe de vista”, só poderia ser avistada do lado da praça que ficasse fronteiro ao monumento¹⁴. Neste sentido, ficava explícito que Eugênio Egas e os demais membros da comissão procuravam ressaltar Feijó como uma “figura dominadora e altiva”, capaz de ser vista de longe e por todos os ângulos. Buscava-se um regente unificador, forte e enérgico, como podemos perceber por meio dos problemas apontados em relação a uma outra maquete.

O projeto do francês Louis Convers, embora fosse o mais perfeito e harmonioso em suas alegorias nos pedestais, apresentava problemas em sua concepção estatuária. A imagem proposta para Feijó não traduzia “nem na atitude, nem no gesto, os traços fundamentais da psicologia do regente”. Faltava à estátua de Convers “a energia e o espírito de decisão”. A comissão concluía afirmando que a imagem “mais parecia a de um pensador ou filósofo, do que a de um homem “de resolução pronta e firme que foi um modelo de ação, e que por um milagre de energia incomparável, restaurou no Brasil a autoridade civil e sofreu rigidamente a torrente revolucionária da época”¹⁵.

A comissão pretendia erigir um monumento que exaltasse a ação civil de Feijó. Desejava colocá-lo em destaque no centro de

uma praça e com um pedestal simbólico recheado de alegorias à pátria, à justiça e à República, tal como se tornou comum em São Paulo, e também em alguns monumentos erguidos no Rio de Janeiro¹⁶. Bernardino de Campos e Eugênio Egas inspiravam-se em atos públicos do Rio, mas redefiniam os padrões e disputas políticas que a edificação das estátuas rompia no seio da capital republicana. Ao mesmo tempo em que imitavam a capital da República na importação de arquitetos, escultores e materiais muitas vezes atribuíam novos significados e lutas aos homenageados em bronze.

José Murilo de Carvalho, analisando a edificação estatutuária carioca da virada do século também percebeu nela uma intensa disputa pela apropriação da memória histórica. Em uma delas, contemporânea à de Feijó e que foi erguida em homenagem a Floriano Peixoto, notou que as disputas variavam dentro dos significados atribuídos aos personagens do passado. Segundo Murilo, os republicanos no Rio estavam em plena disputa para construir a memória sobre os chamados acontecimentos da proclamação do dia quinze de novembro de 1889. Neste contexto, a versão “positivista” que saiu vitoriosa na concepção da estátua erguida a Floriano, definia-se como um dos lados desta disputa. Do outro, estavam os “históricos”, grupo composto por pessoas como Cerqueira César e seu substituto, Bernardino de Campos, ambos idealizadores da estátua de Feijó em São Paulo. Enquanto os “positivistas” do Rio aceitavam uma República que pudesse ser formada com o peso dos militares, outro grupo – os “históricos” – procuravam seus heróis entre os civis como Quintino Bocaiúva. Neste último grupo, pessoas como Bernardino de Campos estavam disputando, palmo a palmo, o terreno da construção da memória histórica e, em particular, a de Feijó, por meio de suas intrincadas disputas políticas no cenário de 1908. Para eles uma estátua de Feijó em São Paulo explicitava a primazia do governo civil sobre o militar, ao mesmo tempo em que ressaltava a grandiosidade da pátria paulista.

Passado e presente fundiam-se num labirinto de formas que só fazia sentido no emaranhado jogo político do presente. Assim, como em 1908 existiam inúmeras disputas políticas, deve-

se notar que elas extrapolavam os limites temporais, atuando na construção da memória histórica atribuída a pessoas como Feijó. A memória histórica de Feijó, em 1908 ou 1913, recriava estratégias políticas no presente e no passado¹⁷. A narrativa que Egas elaborou sobre o resultado final da estátua de Feijó, é, neste sentido, muito interessante.

A estátua do regente (...) já representa Diogo Feijó em atitude de energia bondosa e ao mesmo tempo de quem, num gesto expressivo, pede paz e ordem. A mão direita está estendida sobre o povo. Na esquerda há um maço de papeis com a data – 1835 – em que foi eleito regente¹⁸.

Feijó, por meio da arte, transformou-se em bronze no momento de seu ingresso na Regência. Cronologicamente, ainda não havia governado em 1835, mas já era alguém conhecido por ser enérgico devido à sua atuação fulminante como ministro da justiça entre 1831-32. Simultaneamente, este momento era importante para retratar a ligação de um regente com seu “povo”. Em 1835, Feijó havia sido eleito regente uno do Império. Os maços de papéis que ele segurava eram seu termo de assinatura da Regência. Um estadista republicano no Império havia de ter numa mão o povo e na outra a lei e a ordem. No entanto, a união do Império com a República, seguida de uma exaltação à civilidade no passado e no presente não era uma tarefa fácil, mas Eugênio Egas explicava como caminhar neste arenoso terreno ao descrever os símbolos que deveriam constar no pedestal da estátua:

Embaixo as armas e a bandeira da República glorificam o estadista do Império. Se fosse uma glorificação imperial, a bandeira estaria acima empunhada pelo regente. Como está, exprime a diversidade de épocas e formas de governo. A colocação das insígnias nacionais, em baixo, como que representa a assinatura da ofertante, a República. No lado posterior, vê-se a figura da justiça, sentada, com seus atributos sobre o colo, como que após o seu julgamento (...) Numa das faces está, em baixo relevo, a alegoria à navegação a vapor; na outra, a alegoria, também em baixo relevo, à viação férrea¹⁹.

A leitura elucidativa de Egas demonstrava como era possível homenagear um estadista do Império. Feijó não empunhava

a bandeira republicana, mas apenas a recebia sob seus pés como uma homenagem de um outro tempo ao passado Imperial. O incentivo que Feijó teria dado à navegação a vapor, à construção de estradas de ferro também comprovavam esta proximidade entre os projetos políticos passados com os do presente, mas as duas temporalidades eram distintas pela separação entre a estátua (1835) e seu pedestal (1908). Os projetos e os ideais políticos eram similares, mas a forma de governo não. O passado não renascia para explicar linearmente o presente, mas para expor projetos políticos precursores e heróis cívicos antecedentes aos republicanos. Estas diferenciações ficam melhor compreendidas nos documentos que retrataram o dia da inauguração da estátua em São Paulo.

O momento da inauguração da estátua de Feijó consubstanciava-se pelo instante de sua redenção cívica. Em 1913, procurou-se suprimir o problema da raça e da genealogia em Feijó ao exaltá-lo como da raça paulista, ou, como lembrava o governador Washington Luís em seu discurso, da “nossa raça”. As lutas de Feijó resumiram-se aos dois lemas maiores: ordem e liberdade. Ideais contraditórios mas, quando postos em contextos diferentes – dentro e fora do poder –, exaltavam a filosofia da bandeira republicana: Ordem e Progresso. Washington Luiz e o próprio Eugênio Egas foram construindo um Feijó ao mesmo tempo estadista e com um programa político revolucionário. No entanto, o que sobressai nos discursos e no livro de Egas é a marca da ambigüidade das ações de Feijó. Existia aquele que, quando no poder, era autoritário, e fora dele, defendia o liberalismo político. Além disso, o regente possuía atributos que uniam a opinião da maioria dos republicanos, sendo símbolo da nacionalidade brasileira e simultaneamente representante da “raça paulista”.

Por intermédio do bronze e do granito, do discurso e da biografia, o nome e uma certa imagem de Feijó saíram da cabeça da Comissão Republicana encarregada das comemorações do setenta anos de falecimento de Feijó, para atingir outros públicos. Feijó começava a se tornar nome de ruas e praças. Sua estátua situava-se sob um alto pedestal. No entanto, ela não era a única. Feijó estava cercado por outros heróis que iam formando paulatinamente o grande panteão paulista dos republicanos. Por isso

pessoas de temporalidades tão diversas como Feijó e o cacique Tibiriçá acabaram sendo sepultados na mesma Catedral da Sé em São Paulo. Mesmo os contemporâneos de Feijó o cercavam de maneira, no mínimo, irônica. Por exemplo, no momento da edificação do monumento da Independência foram colocados – lado a lado – Feijó e José Bonifácio; pouco importando se em 1822 ou em 1832 os dois tenham tido posicionamentos políticos muito diversos. Os homenageantes republicanos viam em Bonifácio e Feijó, os formadores da nacionalidade brasileira e não muito mais do que isto. Lá estavam os dois lado a lado. Quem se importava? Para os velhos republicanos – e quem dera fosse só para eles – Feijó e Bonifácio eram heróis paulistas. Em 1913, suas divergências políticas, seus projetos diferenciados eram menores do que seu valor como exemplos de conduta e de luta política²⁰.

A estátua de Feijó era uma relíquia que, ao recordá-lo, de uma certa forma ligava uma parte específica do passado ao presente republicano. O elaborador ou mentor da estátua tinha o poder de – por meio de sua leitura – evocar o passado e apontar o futuro. No entanto, recordar era também comprometer-se. As lutas do presente republicano alojavam-se no passado e vice-versa. O liberalismo de ontem e o caos político saíam da estátua de Feijó, sendo derramados sobre o povo por intermédio de sua mão direita, tanto quanto a ordem e a luta pela legalidade emanavam do mesmo lugar. Os republicanos bem sabiam que, depois da festa cívica da eleição de Feijó em 1835, tinha acontecido a lastimável abdicação do regente de 1837. Sabiam que Feijó só havia assumido a pasta da justiça em 1831 porque D. Pedro I abdicara, deixando atrás de si um enorme caos político-administrativo. Recordar tudo isto era estar sob a iminente possibilidade de que partes perigosas desta antiga história político-administrativa voltassem a ser lembradas. Neste sentido, era preciso delimitar este imenso campo de estudo e impor ao passado seu lugar no presente. Foi o que estes homens de Estado procuraram fazer. É assim que eles uniam a história da Feijó e a do Império no Brasil com a de suas vidas particulares e com as disputas partidárias republicanas.

NOTAS

¹Já há tempos os historiadores vêm discutindo os “lugares da memória”, para utilizar um termo de Pierre Nora ou da “história-memória”, como afirma Jacques Le Goff. Nesta mesma linha, existem valiosas contribuições no Brasil. Um estudo como o de Lília Schwarcz redescobre espaços como Museus, Faculdades ou Institutos Histórico e Geográficos, como “lugares-memória”. Outros estudos como o de José Murilo de Carvalho revelam todo o esforço pedagógico-político dos republicanos do final do século XIX na construção de sua memória através de monumentos e de toda uma simbologia nacional. Ver: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3ª ed. Campinas, Unicamp, 1994.

²Há uma reprodução deste artigo de jornal em uma coletânea póstuma do autor, ver VERÍSSIMO, José. “O padre Feijó”. In *Letras e literatos (estudinhos críticos da nossa literatura do dia) 1912-1914*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1936, pp. 51-58.

³*Idem*, p. 57.

⁴De maneira nenhuma a idéia dita “bairrista” de Egas era minoritária em seu tempo. Desde órgãos como o *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* até em jornais e revistas, era muito comum esta valorização da “paulistanidade” como símbolo de uma história nacional. Ver: JANOTTI, Maria de Lourdes M. “Historiografia, uma questão regional? São Paulo no período Republicano, um exemplo”. In SILVA, Marcos (org.). *A República em migalhas*. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990.

⁵EGAS, Eugênio (org.). *O monumento de Diogo Antonio Feijó: sua história – sua execução – festas inaugurais – 1908-1913*. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1913, p. 01.

⁶*Idem*.

⁷Cerqueira César ocupou o cargo de senador paulista e intendente da cidade de São Paulo, sendo que, em 1908, quase saiu governador do Estado. Já Eugênio Egas, ainda durante a monarquia, foi promotor e vereador, tornando-se intendente municipal e deputado estadual durante o regime republicano. Egas era, em 1908, um dos editores mais importantes do jornal *O Estado de S. Paulo*. Para a vida de Egas e Cerqueira César, ver MELO, Luís Correia de. *op. cit.*, pp. 198-199 e ALVES, Odair Rodrigues. *Os homens que governaram São Paulo*. São Paulo, Nobel/Edusp, 1986, p. 120. Já para um aprofundamento sobre as rusgas partidárias do PRP no período, ver CASALECCHI, José Ênio. “A política paulista – consolidação e crise (1906-1929)”. In *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 131-180; CARONE, Edgard. “Governo Afonso Pena”. In *A República velha II, evolução política (1889-1930)*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Difel, 1977, pp. 241-268 e ELLIS JÚNIOR, Alfredo. “As sucessões paulistas”. In *Um parlamentar paulista da república – subsídio para a história da República em São Paulo e subsídios para a história econômica de São Paulo*. São Paulo, Silveira Martins, 1950, pp. 367-389.

⁸Com um cunho inicial mais voltado às pesquisas no campo das chamadas ciências naturais, mesmo assim o Museu já possuía, desde sua inauguração em 1895, pelo menos duas salas dedicadas à história do Brasil e, sobretudo, à história de São Paulo. Em poucos anos, o Museu ficou popularmente conhecido como “o Monumento”, pois, à sua frente, iria ser erguido um enorme monumento em homenagem ao grito da Independência, por ocasião do centenário da mesma em

1922. Desta forma, seja dentro de edifícios como o Museu Paulista ou na forma de estátuas em praça pública, Bernardino de Campos, Cerqueira César ou Eugênio Egas acreditavam que cada monumento contribua para ensinar ao povo como servir à pátria, e esta pátria nascida e vista sob o olhar ou perspectiva paulista. Para maiores informações sobre o “monumento”, ver MATOS, Odilon Nogueira de. *Afonso de Taunay: historiador de São Paulo e do Brasil – perfil biográfico e ensaio bibliográfico*. São Paulo, Museu Paulista, 1977, pp. 31-32 e OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. (coord.). *Museu Paulista: novas leituras*. São Paulo, Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1995.

⁹PASSOS, Maria Lúcia Perrone. “Monumentos urbanos de São Paulo”. In *Cader-nos de história de São Paulo*. Nº 01, 1992, pp. 72-79 e MENEZES, Walter Arruda (coord.). *Catálogo das obras de arte dos logradouros públicos de São Paulo: Regional da Sé*. São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo/Departamento do Patrimônio Histórico, 1982.

¹⁰A pesquisa de Lília Schwarcz, tanto no *Instituto Histórico* como na *Faculdade de Direito de São Paulo*, demonstrou que o projeto da elite paulista visava, sobretudo, justificar e exaltar sua grandiosidade perante A nação republicana que se constituía. Os estudiosos destas instituições paulistas, voltando-se ao passado, pretendiam recompô-lo de forma a expor uma linha contínua de progresso e superioridade em vários campos, inclusive no racial. Ver SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*, pp. 67-98.

¹¹EGAS, Eugênio. “O padre Feijó”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Nº 13, 1908, pp. 115-124.

1056

¹²*Idem*, pp. 122 e 123.

¹³Os expoentes era de tendência “civilista” já que brigavam pela construção da estátua estavam envolvidos na ala republicana que apoiava Rui Barbosa para Presidente da República, discriminando Hermes da Fonseca sob a alegação de que ele configurava a permanência militarista no poder. Neste sentido, a estátua de Feijó era um símbolo muito precioso na reconstrução da memória local e nacional do conturbado momento de 1908 até 1913.

¹⁴EGAS, Eugênio. *op. cit.*, 1913, p. 08.

¹⁵*Idem*, p. 09.

¹⁶José Murilo de Carvalho constata que em 1910 foi inaugurada no Rio uma estátua em homenagem a Floriano Peixoto. Ela também foi idealizada para colocar no alto do pedestal a figura de Floriano e rodeá-lo com as alegorias em baixo relevo. Ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1990, p. 47.

¹⁷José Murilo de Carvalho argumenta que a falta de um envolvimento real do povo em 1889 teria encaminhado uma “tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica”, levando à construção de estatuárias como a que homenageava Floriano Peixoto. Sem uma revolução popular, os republicanos teriam se voltado em direção ao passado, buscando esta movimentação popular e heróica em figuras como José Bonifácio, José de Anchieta e, principalmente, Tiradentes, em busca de um terreno menos minado pelas intrigas do presente. Como explicitarei no texto, no caso da estátua de Feijó, não acho que seja possível pensar tão clara-

Magda Ricci

mente desta forma, pois a volta ao passado nem de longe amenizava o conflito presente. *Idem*, p. 55.

¹⁸EGAS, Eugênio. *op. cit.*, 1913, pp. 24-25.

¹⁹*Idem*.

²⁰Para uma discussão sobre a homogeneização dos conflitos reelaboração na memória histórica no processo de construção da nação brasileira, ver *Pátria amada esquartejada*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.